

LEONOR BELEZA ESCLARECE NOVO ESTATUTO INTERNOS GERAIS NÃO DEVEM SER UTILIZADOS NAS URGÊNCIAS

«Os internos gerais não podem suprir os problemas de falta de médicos dos serviços, incluindo as urgências» - afirmou anteriormente a ministro da Saúde.

Leonor Beleza que, através da televisão, apresentou uma comunicação ao país, adiantou já ter dado instruções aos serviços dependentes do seu Ministério no sentido dos internos gerais não serem utilizados nas Urgências.

A ministro da Saúde sublinhou que aqueles médicos «só devem estar onde possam aprender e ser avaliados, pois o internato geral é um período de formação profissional e não um trabalho».

Defendendo que as alterações agora introduzidas no estatuto das carreiras médicas pretendem garantir aos utentes dos serviços de saúde um melhor atendimento, Leonor Beleza afirmou que os internos gerais não são trabalhadores ao serviço do Estado, contrariamente ao que entendem os jovens licenciados.

A ministro da Saúde afirmou também que o Estado assegura a todos os médicos do internato geral uma remuneração que é equivalente à letra G da Função Pública (44.400 escudos mais a actualização a efectuar), e esclareceu que segundo o novo

estatuto, eles «não terão as regalias da função pública».

«Mais nenhum licenciado tem este tratamento por parte do Estado» - sublinhou a ministro da Saúde.

Referindo-se aos médicos que em Fevereiro terminam o internato geral, Leonor Beleza afirmou que o Estado não poderá assegurar emprego a todos, sublinhando que «serão abertas tantas vagas quantas as necessárias».

«O Serviço Nacional de Saúde dará tantos empregos quantos forem legítimos» acrescentou, recordando que «em 1985 o estado gastou 18 milhões de contos a pagar a médicos privados».

POLICLÍNICOS DESAFIAM MINISTRO PARA UM DEBATE

GOVERNO CONVIDADO A VISITAR HOSPITAIS... SEM AVISO PRÉVIO

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral desafiou quarta-feira à noite Leonor Beleza a participar num debate público sobre os problemas da Saúde.

«As afirmações da senhora ministro da Saúde são insustentáveis e pretendem virar a opinião pública contra os jovens médicos» - disse Adalberto Fernandes, daquela Comissão.

«Leonor Beleza quer dar a entender que somos um grupo de pessoas privilegiadas que apenas quer defender o tacho» - acrescentou aquele médico, um dos cerca de 1200 que em Fevereiro termina o internato geral, grupo para o qual a ministro da Saúde afirma não haver emprego.

Refutando afirmações proféticas quarta-feira pela ministro da Saúde, os representantes dos jovens médicos afirmam ainda não se compreender que Leonor Beleza os considere meros aprendizes que devem ser colocados onde não forem precisos.

«Segundo o mapa de vagas este ano distribuído, mais de 50 por cento dos internos gerais foram colocados nos hospitais distritais onde, de acordo com a ministro da Saúde, nós não estaríamos aptos a trabalhar» - acrescentam.

A Comissão Nacional de Médicos do Internato Geral convida ainda Leonor Beleza e o Governo a visitarem mais assiduamente os hospitais e mesmo a recorrer aos serviços ali prestados.

Também a Ordem dos Médicos solicitou a RTP a realização de um debate em que participam simultaneamente o bastonário da Ordem, António Gentil Martins, e a ministro da Saúde.

O pedido surge na sequência das declarações de Leonor Beleza, quarta-feira à noite na RTP, das quais a Ordem dos Médicos «discorda em pontos fundamentais», desejando «o urgente esclarecimento do problema».

A questão relativa às alterações introduzidas ao decreto-lei que regula o regime de internato geral e as carreiras médicas, foi, segundo a Ordem dos Médicos, tratada «unilateralmente», através das declarações de Leonor Beleza na comunicação que fez ao País.

«Gostaríamos de ver a senhora ministro descolar-se mais vezes aos hospitais. Não só em dias de festa e com avisos prévios. Talvez assim pudessem entender o que fazem os internos gerais nos vários serviços».

De acordo com Adalberto Fernandes, a instituir-se o regime preconizado pela ministro da Saúde, onde os internos gerais serão impedidos de trabalhar, os hospitais vão paralisar.

«Nem é preciso fazer greve. Porque é o próprio Ministério que manda parar os hospitais» - sublinhou aquele médico.

Ainda segundo os jovens médicos, «são os internos gerais que asseguram 70 por cento das Urgências hospitalares, e nos hospitais distritais essa situação agrava-se ainda mais, sendo os próprios serviços que pedem aos jovens licenciados que façam Bancos de 24 horas, em lugar de 12».

Uma delegação dos médicos do internato geral solicitou quarta-feira uma audiência ao primeiro-ministro, Cavaco Silva que manifestara já disponibilidade para os receber, quando interpele na posse da Associação Académica de Lisboa.

NO PRÓXIMO DIA 29 JOVENS MÉDICOS EM VIGILIA FRENTE À RESIDÊNCIA OFICIAL DO PRIMEIRO-MINISTRO

Médicos do Sindicato da Zona Sul, da Comissão Sindical dos Policlínicos do internato geral vão efectuar no próximo dia 29 uma vigília frente à residência oficial do Primeiro-Ministro.

A direcção do Sindicato decidiu ainda convocar um plenário geral para hoje e apresentar um a proposta de greve total para os próximos dias 3 e 4 de Fevereiro.

A posição das estruturas sindicais dos médicos é um protesto contra o recente decreto de carreiras médicas, que estipula para os médicos estagiários um «subsídio mensal e anula o ordenado».

A direcção do Sindicato alerta para o facto dos jovens licenciados perderem todas as regalias inerentes à função pública, como subsídio de alimentação e de férias, diuturnidades e reforma e que o subsídio, devido à sua natureza, poderá ser alterado em qualquer momento.

O Sindicato critica também a «acção simbólica» proposta pela direcção da Ordem dos Médicos para hoje considerando que «visa esconder a sua culpabilidade total com as medidas do Governo».

A Ordem dos Médicos propôs que hoje o dia de salário dos médicos dos serviços do Ministério da Saúde reverta para um fundo destinado aos médicos do Internato geral.

Os três Sindicatos dos Médicos vão reunir-se hoje na sede dos médicos da Zona Centro, em Coimbra, para coordenar a luta a nível nacional.

Entretanto, os estudantes de Medicina do Porto vão prosseguir a greve até 30 de Janeiro, altura em que haverá com a nova portaria, que regula o estatuto dos recém-licenciados em Medicina.

Também o Instituto de Ciências Médicas Abel Salazar, do Porto, continuou a greve até hoje, dia em que efectuava uma Assembleia Geral.

A Faculdade de Medicina de Coimbra decidiu fazer uma greve de dois dias que termina também hoje.

A Associação de Estudantes de Medicina da Faculdade de Lisboa decretou também para hoje uma greve de 24 horas como protesto pela revisão da legislação sobre as carreiras médicas e o estatuto do internato geral.

Os jovens médicos do Porto decidiram entretanto concentrar-se, hoje frente nos estúdios da RTP, no Monte da Virgem, pelas 10 horas.

ADESAO TOTAL À GREVE NA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA

A greve dos alunos da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, decretada para ontem e hoje registou ontem adesão total, disse um porta-voz da respectiva Associação de Estudantes.

A greve, decidida quarta-feira, visa protestar contra o decreto-lei, de 17 do corrente, que altera o diploma, de há dois anos, definidor das carreiras médicas.

Em oito locais de grande movimento de Lisboa, estudantes da Faculdade montaram bancas para medição de tensão arterial, apelando aos transeuntes para esclarecimento verbal sobre as razões do protesto.

Em comunicado de ontem à imprensa, e Associação Estudantil sublinha que o contestado decreto-lei, ao substituir o internato geral por um estágio, «nega ao jovem médico um vínculo, embora provisório, à função pública, deixando de constituir o primeiro grau das carreiras médicas».

«Passamos a receber - acrescenta - remuneração sob a forma de subsídios, a decidir em cada momento conjuntamente pelos Ministérios das Finanças e da Saúde», pelo que «ficamos privados das regalias concedidas a qualquer funcionário no âmbito da Segurança Social, que no anterior decreto-lei eram concedidas através da ADSE».

«Não dependendo de nós - lê-se também no documento - a escolha do local do internato geral e sendo por lei obrigados a fazê-lo, consideramos materialmente impossível que, com um subsídio, o médico do internato geral consiga viver confortavelmente fora do agregado familiar».

Segundo os estudantes da Faculdade de Ciências Médicas, «a médio prazo e segundo o mesmo decreto-lei, deixa de estar (a carreira) assegurada aos médicos, ponho em risco a possibilidade de entrar na especialidade e a qualidade de cuidados médicos prestados à população».

«A longo prazo - terminam - vamos com apreensão a manutenção em funções dos especialistas hospitalares, a qual deixa de ser garantida pelo decreto-lei que agora entra em vigor».

Dia

1
2
3

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

<input checked="" type="checkbox"/>	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
-------------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Recado de Inês e He

